

HABEAS CORPUS Nº 563.653 - SC (2020/0047150-7)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RODRIGO MARTINS CAVALCANTE AMORIM - AL010734
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : VALDIR PEDRO KUREK
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EMENTA

HABEAS CORPUS. PENAL. ART. 1.º, INCISOS I E II, DA LEI N.º 8.137/1990, POR 55 (CINQUENTA E CINCO) VEZES, NA FORMA DO ART. 71, *CAPUT*, DO CÓDIGO PENAL. PLEITO DE SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR UMA RESTRITIVA DE DIREITOS E MULTA. INDEFERIMENTO JUSTIFICADO. PRECEDENTE. ORDEM DENEGADA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de VALDIR PEDRO KUREK contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina proferido na Apelação Criminal n.º 0900286-54.2017.8.24.0020.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado como incurso no art. 1.º, incisos I e II, da Lei n.º 8.137/1990, por 55 (cinquenta e cinco) vezes, na forma do art. 71, *caput*, do Código Penal, às penas de 3 (três) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, em regime inicial aberto, e 18 (dezoito) dias-multa, substituída a pena privativa de liberdade por duas sanções restritivas de direitos, consistentes em prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária.

Irresignada, a Defesa interpôs apelação criminal, que foi desprovida pela Corte de origem.

Neste *writ*, sustenta a Parte Impetrante, em síntese, que, "*diante da ausência de fundamentação concreta e válida, torna-se imperativa a solução mais favorável ao PACIENTE, vale dizer, a substituição da pena de reclusão por uma restritiva de direitos e uma multa*" (fl. 12).

Requer, em liminar, sejam suspensos todos os efeitos da condenação, e no mérito, seja substituída a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos (prestação de serviços à comunidade) e multa, nos termos do art. 44, § 2.º, do Código

Penal.

O pedido liminar foi indeferido nos termos da decisão de fls. 402-404.

As informações da Autoridade Impetrada foram prestadas às fls. 408-410 e 411-466.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 471-472, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório. Decido.

A Corte estadual, ao entender pela impossibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos e multa, consignou o que se segue (fl. 384; sem grifos no original):

"[...]

Cabe ressaltar que a substituição da pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos, na hipótese em voga, melhor servirá para cumprir os objetivos da pena, quais sejam, a retribuição, a prevenção e a ressocialização do apenado, com muito mais eficiência do que se uma delas fosse substituída pelo pagamento de uma sanção de caráter apático, impessoal e brando, como é a pena de multa, que, diversamente do que ocorre com a restritiva de direitos, sequer poderia ser convertida em pena privativa de liberdade em caso de inadimplemento, não fazendo valer com suficiência e rigor necessários os propósitos penais, estimulando a criminalidade, por consequência.

*Não se olvida, a possibilidade mais benéfica insculpida no art. 44, § 2º, segunda parte, do Código Penal, deverá ser reservada aos casos de gravidade diminuta, os mais brandos possíveis, diga-se, a fim de preservar a individualização das penas e haver efetiva diferenciação no processo de fixação de reprimendas, o que, todavia, **não é o que se observa no presente caso, sobretudo diante do elevado número de condutas perpetradas pelo réu (55 ao total), circunstância que evidencia a gravidade diferenciada da ação criminosa e a necessidade de se apená-la de forma condizente.***

Ademais, é pertinente registrar que o Superior Tribunal de Justiça, em casos análogos, posicionou-se pela impertinência da pena substitutiva de multa nas hipóteses em que o preceito secundário do tipo violado já prevê, dentre suas penas, a aplicação de multa, raciocínio aplicável à presente hipótese. Veja-se: [...]"

Como se observa, o Tribunal *a quo* justificou o indeferimento da pretensão defensiva, por entender que as circunstâncias do caso concreto relevam especial gravidade da ação criminosa, evidenciada pelo elevado número de condutas perpetradas pelo Paciente – 55 (cinquenta e cinco) –, o que demonstra a insuficiência da

substituição da pena nos moldes requeridos. O referido entendimento não destoia da orientação desta Corte, como se observa do seguinte julgado:

"PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO HABEAS CORPUS. OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. EXISTÊNCIA. FIXAÇÃO DE DUAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS, CONSISTENTES EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE E EM PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS ACOLHIDOS.

1. O cabimento dos embargos de declaração está vinculado à demonstração de que a decisão embargada apresenta um dos vícios previstos no art. 619 do Código de Processo Penal, quais sejam, ambiguidade, contradição, obscuridade ou omissão, o que se verifica no caso dos autos, quanto à última.

2. Dispõe o § 2º do art. 44 do CP que, 'na condenação igual ou inferior a um ano, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos'.

3. Na hipótese vertente, ao contrário do que pretende a defesa, não diviso ilegalidade tal apta a conspurcar o acórdão proferido pelo Tribunal a quo, pois, ao manter a substituição da pena privativa, houve por bem fundamentá-la, tendo, inclusive, provido o recurso defensivo para minorar o quantum referente à prestação pecuniária por entender estar destituído de fundamentação.

4. 'Nos termos do art. 44, § 2º, segunda parte, do Código Penal, sendo a reprimenda superior a 1 ano, preenchidos os demais requisitos, é possível a substituição da pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos ou por uma restritiva e multa. É permitido ao julgador decidir por uma das referidas possibilidades, diante do caso concreto, sob a exigência de fundamentação idônea' (HC n. 394.102/SC, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 6/6/2017, DJe 13/6/2017)

5. Embargos de declaração acolhidos para sanar a omissão apontada, sem, contudo, lhes atribuir efeitos infringentes." (EDcl no HC 426.460/SC, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 11/06/2019.)

Ante o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora